

O FAZER ARQUEOLÓGICO NO BAIRRO DA PRAIA, SALVADOR/BAHIA

*Luciana de Castro Nunes Novaes<sup>1</sup>*

**RESUMO**

Esse artigo apresenta a praia como um ambiente aquático fundamental nos estudos de levantamento arqueológico subaquático. A Arqueologia de Ambientes Aquáticos é problematizada para além do mergulho científico e do patrimônio subaquático. O texto realiza uma reflexão crítica sobre a formação de paisagens marítimas em áreas portuárias, para em seguida apresentar referenciais metodológicos de dois estudos de caso na Cidade Baixa de Salvador, Bahia, antigo Bairro da Praia. O primeiro realizado na enseada de Água de Meninos e o segundo na praia da Preguiça. Por fim, compreende a borda do mar como um ambiente de pós-memória, arena epistêmica que entrelaça o passado colonial ao devir urbano de cidades portuárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** praia; enseada; patrimônio; ambientes aquáticos; paisagem marítima.

**ABSTRACT**

This article presents the beach as a fundamental aquatic environment in underwater archaeological survey studies. The Archeology of Aquatic Environments is problematized in addition to scientific diving and underwater heritage. The text conducts a critical reflection on the formation of seascapes in port areas, and then presents methodological references from two case studies in the Lower City of Salvador, Bahia, formerly Bairro da Praia. The first took place at Água de Meninos cove and the second at Preguiça beach. Finally, it understands the edge of the sea as a post-memory environment, an epistemic arena that intertwines the colonial past with the urban development of port cities.

**KEYWORDS:** beach; cove; patrimony; aquatic environments; maritime landscape.

**RESUMÉ**

Cet article présente la plage comme un environnement aquatique fondamental dans les études d'archéologie sous-marine. L'archéologie des milieux aquatiques est problématisée au-delà de la plongée scientifique et du patrimoine sous-marin. À cette fin, le texte mène une réflexion critique sur la formation des paysages marins dans le centre historique de Salvador. Il présente ensuite les références méthodologiques de deux recherches développées dans l'ancien Bairro da Praia, Salvador. Le premier était à la crique d'Água de Meninos et le second à la plage de Preguiça. Enfin, il comprend le bord de la mer comme un environnement post-mémoire, une arène épistémique qui entrelace le passé colonial avec le développement urbain des villes portuaires.

<sup>1</sup> Doutora e Mestre em Arqueologia pela UFS. Doutoranda em Antropologia e Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA. Pós-Doutoranda em Pós-Crítica pela UNEB. Docente no Colegiado de História, UNEB - Campus V.

**MOTS-CLÉS:** plage; crique; patrimoine; milieux aquatiques; paysage maritime.

## A PRAIA COMO UM AMBIENTE AQUÁTICO

A produção de conhecimento na Arqueologia preventiva obedece a uma lógica capitalista em que muitas vezes exclui as reflexões críticas da produção de conhecimento formuladas no espaço acadêmico. No mesmo fluxo, muitos relatórios finais permanecem silenciados no interior dos órgãos estaduais do IPHAN, sem comunicação com a sociedade mais ampla e negligenciados pela análise intelectual da Universidade. Buscando romper com essas duas problemáticas, esse artigo objetiva problematizar a praia como um ambiente aquático fundamental em levantamentos de potencial arqueológico subaquático. Para tanto, esse texto discorre sobre marcadores analíticos apreendidos ao longo de quase uma década de estudos arqueológicos em espaços praias.

A respeito das contribuições da arqueologia marítima e subaquática para o desenvolvimento da ciência arqueológica, é notória a complexidade da concepção do aporte teórico-metodológico para além do mergulho e da emersão do pesquisador nos corpos aquáticos, no entanto, raramente discutido. O arqueólogo naval britânico Sean McGrail indica que “parece haver quase uma antipatia para qualquer forma de Arqueologia Marítima” (MCGRAIL, 1998, p.14).

Na década de 1990, pesquisas como a de Claude Nièrs (apud BOUEDEC, 2004, p.43) escreve que no litoral, as zonas de contato são vastas e não reduzíveis a uma atividade única, possui dupla relação com os espaços marítimos e interiores, ampliando assim, as dimensões das relações e materialidades possíveis. A antiguidade da presença da praia na vida vivida, alicerçada por contextos históricos produz em localidades costeiras - culturas e identidades marítimas distintas – além da construção de particulares em processos de espacialização social, que ao serem entendidos através de processos de confecção de espaços sociais permitem pensar sobre outras propriedades e patrimônios que alicerçam a paisagem urbana e marítima de cidades portuárias.

É importante definir e compreender os campos de estudos que contemplem uma problematização mais profunda sobre as praias como um ambiente aquático e um lugar cultural, sem perder de vista a “Lei Federal 10.166/00 em prol da comercialização do

patrimônio cultural subaquático, sobretudo dos bens retirados de embarcações naufragadas, por empresas de caça ao tesouro”. (RAMBELLI, 2016, p.15) Outro documento jurídico importante é a Portaria Interministerial nº 69, de 1989 formulada pela comissão interministerial entre os Ministérios da Marinha e da Cultura, iniciando a discussão sobre procedimentos para o estudo sistemático de bens resgatados e de bem submersos, como de interesse histórico e outras contingências (NOVAES, 2017, p. 101).

Os sítios submersos são formados a partir do deslocamento humano entre dois mundos; o terrestre e o aquático. A complexidade de estudos em áreas costeiras, envolve a conjugação do planejamento e atividades de mergulho, a especificidade do corpo aquático em questão, a escolha por uma analítica que valorize o registro, além da descrição de materialidades submersas, emersas e em interface.

Em 2001, a UNESCO elabora o texto da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, aprovada em 2 de novembro de 2001, durante a 31ª Reunião da Conferência Geral da UNESCO, em Paris (RAMBELLI, 2003). A partir da Convenção, o patrimônio cultural subaquático é definido como “todos os traços de existência humana tendo um caráter cultural, histórico ou arqueológico, que tenham estado parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, durante pelo menos 100 anos, tais como: I) Sítios, estruturas, edifícios, artefatos e vestígios humanos, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural; II) Navios, aeronaves, outros veículos, ou qualquer parte deles, a sua carga ou outro conteúdo, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural; e III) Objetos de caráter pré-histórico”.

A magnitude do mergulhar está estruturada por uma posição técnica e uma situação científica. O mergulho científico, especificamente para a pesquisa arqueológica, corresponde à necessidade de estabelecer conexões entre os testemunhos materiais por algum motivo submerso a partir da pesquisa arqueológica subaquática, fundamentando e organizando o estudo através da combinação entre aparato teórico-metodológico, arcabouço tecnológico e empirismo humano. Em nenhuma situação a Arqueologia Subaquática e de Ambientes Aquáticos é modelada por interesses comerciais ou recreativos, mas é sustentada pelo âmbito da proteção e salvaguarda do patrimônio arqueológico subaquático (NOVAES, 2017).

A relação estabelecida entre as pretensões da ciência arqueológica diante aos ambientes aquáticos, especificamente sobre o mar, ultrapassa as abordagens tradicionais de compreendê-lo como espaço de obtenção de recursos, ou de via para o deslocamento e ganha outras simbolizações sociais, a exemplo da perspectiva religiosa, da memória urbana e do cotidiano nas bordas dos mares.

Esse pensamento influi para o desenvolvimento de uma escrita “arqueotextural” (NOVAES, 2018) que rompe com o cartesianismo fundamental da ciência normativa perpetrada na formação da arqueologia subaquática desde a década de 1960, como uma ciência do leito, para dar lugar a uma proposta arqueológica de experimentação da realidade aquática, alcançando as intermarés, as zonas interditaes, a maritimidade e a fluvialidade. Portanto, a prática científica é um somatório entre o que é inato e o que é adquirido no processo da pesquisa, e não, um padrão a priori definido no gabinete de pesquisa ou na segurança da embarcação.

## DISCUTINDO PAISAGENS MARÍTIMAS DA BORDA

A condição espacial e ambiental da praia ao longo da história do Brasil permitiu a produção de representações, sentidos e significados, de vivências nas praias ou da imaginação sobre elas. A importância do uso da Arqueologia da Paisagem em estudos que objetivam ambientes aquáticos, é baseada no entendimento que por serem construções sociais, lugares nunca são neutros (BRADLEY, 2000).

Para Criado Boado (1991), existem três maneiras distintas de entender o conceito de Arqueologia da Paisagem; o primeiro é empirista, em que a paisagem aparece como realidade já dada e que por diferentes razões, nega a si mesma; a segunda é sociológica, e explica a paisagem como meio e produto dos processos sociais; e a terceira é culturalista, que interpreta a paisagem como objetivação das práticas sociais, tanto de caráter material como imaginário.

Yestch (1996) argumenta sobre a importância em questionar as motivações que levaram paisagens adquirirem a dimensão que é expressa. Com isso, através dos pressupostos colocados por Gnecco (2012) é preciso escavar arqueologias alternativas

para desestabilizar a modernidade, ou seja, a escavação subaquática não é a única metodologia empregada para o estudo arqueológico em ambientes aquáticos, os estudos sobre a paisagem marítima tornam-se uma atraente possibilidade para pensar o passado material além do fundo e da sub-superfície.

A descendência e a memória provocam a indisciplinaridade na Arqueologia, fazendo questionar os supostos básicos disciplinares (HABER, 2002). Isso significa, que compreender um sítio arqueológico também pelo viés imaterial é revogar a premissa fundamental da ciência moderna, em que o conhecimento é sustentado pela linguagem escrita e materializada. A ótica da investigação pautada no tratamento das fontes e nas perguntas construídas para o objeto analítico, deve possuir o esforço de construir um passado em que tanto as fontes quanto os objetos, precisam estar sustentados nos próprios termos que são pretendidos.

Desse modo, o termo ambiente possui entendimento análogo ao que dizem os antropólogos sobre ontologia ameríndia “uma sociedade de sociedades, uma arena internacional, uma cosmopoliteia” (DANOVSKI e CASTRO, 2014, p. 94). Essa é uma ideia compartilhada pela perspectiva afro-religiosa, em que corpos aquáticos são divindades, dotadas de agência e processos epistêmicos diferenciados; oceanos, mares, praias, lagoas, rios, cachoeiras, mangues, chuva, poços são identidades aquáticas distintas.

Para Tim Ingold (1993), ambiente é o próprio conhecimento e não um contraposto conceitual, pois entende percepção e ação, cultura e natureza, mente e matéria como um acoplamento íntimo em correntes de movimento. Ingold argumenta que “a paisagem é o mundo como é conhecido daqueles que nele habita” (INGOLD, 1993, p. 156), também define a paisagem como “um padrão de atividades” desencadeado “em uma série de características”. Uma forma externa criada por um padrão de atividades humanas que permanece visível depois que seus criadores desapareceram (INGOLD, 1993, p.162). Uma abordagem ecológica explica o comportamento como uma resposta a causas externas, enquanto uma abordagem cultural visa compreender o comportamento como significativo. (LAYTON, R., UCKO, P, 2005).

O conhecimento científico passa a ser visto como uma prática social e não como resultado de um processo cognitivo isento de influências sociais. Para tanto, o fazer arqueológico precisa romper com as hierarquias impostas pela branquitude ao patrimônio

subaquático, histórico, imaterial e de comunidades tradicionais, como de terreiros, caiçaras, quilombolas e indígenas assentadas nas bordas marítimas, fluviais e lacustres desse país. Os ambientes aquáticos são dimensões física que refletem modos outros de pertencimento, de vivência e existência.

A paisagem marítima em Bava de Camargo (2009:59) é um produto histórico que dissemina pelos lugares e territórios situados na interface terra/água, estruturas físicas ligadas às necessidades de marinheiros e embarcações. Para tanto, a paisagem é compreendida pelo trinômio navegação/porto/cidade e pela perspectiva que o processo de modificação do espaço da cidade é o que se constitui como agência dos sítios arqueológicos.

Tomando como referência a ótica analítica de Bava de Camargo, o estudo praiial indica uma situação local de formação, ou seja, processos específicos de modificação do espaço da cidade, compreendendo as praias marítimas, enquanto zonas marginais que em dialética são estruturantes da vida social do entorno. A compreensão das praias como margens estruturais, foi pensada através da ideia de que estruturas estão em relação com a ação, e nesse processo de interiorizar o exterior e exteriorizar o interior, as experiências vividas são acessadas. (BOURDIEU, 2007).

O mito da paisagem é uma visão jectificada e idealizada da natureza (YETSCH, 1996). Nesse fluxo, as praias de Salvador foram escavadas para compreender os processos rituais que edificam os mitos escatológicos de suas formações, a partir de dois estudos de caso na Cidade Baixa de Salvador, Bahia, antigo Bairro da Praia. O primeiro realizado na enseada de Água de Meninos e o segundo na praia da Preguiça, sendo possível verificar o caráter mutável e de permanência das práticas culturais em interface a formação física da borda do mar, a partir da análise dos aterros, da mudança espacial das feiras livres, da sacralização de paisagens urbanas, da quitanda e do estaleiro como patrimônios imateriais diaspóricos.

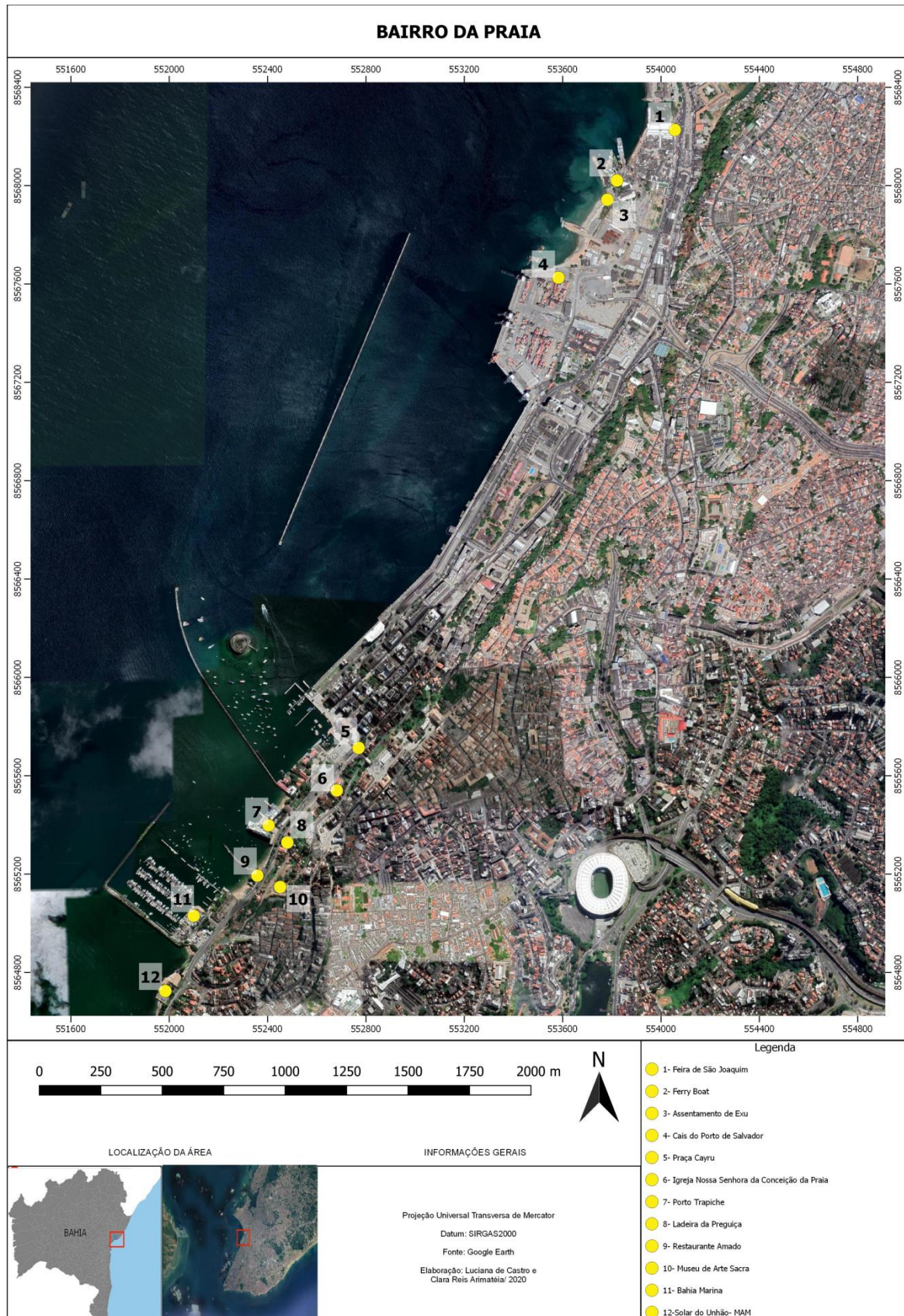
## **ENTRE A ENSEADA SAGRADA E A PRAIA CULTURAL**

O Bairro da Praia era composto pela freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, com borda para a antiga enseada da Preguiça e pela freguesia de Nossa Senhora do

Pilar, com borda para enseada de Água de Meninos, ambas formadas entre os séculos XVI e XVII. São três enseadas coloniais existentes no trecho antigo da orla de Salvador. A primeira que constitui a Preguiça, a segunda, localizada onde hoje é o Elevador Lacerda até a Igreja do Corpo Santo, e a terceira, situada entre a Igreja do Corpo Santo e a Ladeira da Montanha.

A enseada de Água de Meninos, a enseada da Boa Viagem no sentido norte, e a enseada da Barra - a Ponta do Padrão - ao sul, também coloniais, ampliam a ocupação dessa orla antiga da Baía de Todos os Santos. Essas enseadas abrigam em sua historicidade inúmeras praias com diversas ocupações, que vai desde as festas marítimas até abrigo de atividades tradicionais, como a pesca e o ofício da baiana de acarajé. (NOVAES, 2019).





**Figura 1.** Mapa de identificação dos sítios.



O estudo arqueológico desenvolvido na dissertação *A morte visível e a vida invisível*<sup>2</sup> foi o motivador para minha formação em mergulho científico<sup>3</sup>. Nele identifiquei a importância “de construir uma perspectiva sobre a paisagem que abarque os dois ambientes de forma integrada, sendo necessário um olhar atento aos usos e apropriações da porção aquática no cotidiano dos moradores ou transeuntes desses espaços agro-marítimos que são as enseadas” (NOVAES, 2019, p.47). O estudo arqueológico objetivou a formação de uma paisagem sagrada a partir da presença de um assentamento de Exu no ambiente submerso da enseada de Água de Meninos, defendida em 2013, com orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Barbosa Guimarães.

A pesquisa de campo desenvolvida em 2012 não contemplou a parte subaquática, devido ao fluxo intenso de embarcações e processos de aterro ao longo da margem, que impossibilitaram por motivos de segurança pessoal, a realização de tais atividades. Para tanto, os processos antrópicos de aterro foram objetivados como fontes de pesquisa, seja para datar o assentamento afro-religioso identificado no Relatório Final, como para compreender a formação urbana e marítima dessa porção de borda da Baía de Todos os Santos.

Como resultado do cruzamento entre fontes foi identificado dois grandes processos de aterro antrópico que formou a linha litorânea do antigo Bairro da Praia em Salvador (SCHIFFER, 1987). Os aterros do Porto de Salvador no período colonial (1715 e 1777, em 1785, 1798 e 1822) foram realizados pela ação humana, com o principal objetivo de melhorar a atracação das embarcações (NOVAES, 2019, p. 54). Tal modificação da paisagem correlaciona-se com o crescimento da entrada de africanos escravizados no

---

<sup>2</sup> NOVAES, Luciana de Castro N. *A morte visível a vida invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a paisagem sagrada da enseada de Água de Meninos*. Dissertação (mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, 2013. Essa dissertação foi publicada no formato livro com o título *O Exu Submerso: uma arqueologia da diáspora e da religião no Brasil*. Paraná: Appris, 2019.

<sup>3</sup> Nesse processo, a Marinha do Brasil reconheceu a categoria de Mergulho Científico na última revisão da NORMAN 15 (10/10/2011). As habilidades, os procedimentos específicos e os conhecimentos requeridos para o trabalho científico submerso não se enquadram na categoria de Mergulho Comercial ou Profissional, realizado por mergulhadores de plataforma rasa formada para atuar como operários subaquáticos. Para tanto, o emprego do instrumental tecnológico, como a produção de levantamento batimétrico, sísmico e sonográfico devem vir acompanhada de reflexão arqueológica acerca das anomalias registradas nos dados brutos.

Porto de Salvador, originários da Costa da Mina até os três primeiros quartos do século XVIII e do Golfo da Baía do Benin entre 1770 a 1850 (VERGER, 1987, p. 9).

A melhoria nos ancoradouros no século XVIII esteve implicada ao fluxo de navios negreiros que atracavam nos cais, e que exigiam condições estruturais favoráveis para atender as demandas de uma intensa circulação de pessoas e mercadorias. A população escravizada que aportava em Salvador, chegava a 600 indivíduos por cada embarcação de grande porte. Outras embarcações menores; lanchas, saveiros, fragatas, içar de velas, eram responsáveis pelo reembarque desses africanos escravizados tendo como destino o Recôncavo Baiano ou Itapagipe. O segundo momento está relacionado com o plano de modernização com proposta de intervenção da Alfândega até a Praça do Comércio, capitaneado pelo negociante João Gonçalves Ferreira em 1854, mas foi somente em 1913 com o governo de J. J. Seabra (1912-1916) que tal projeto foi consolidado (ROSADO, 1983, p.42).

A praia do sítio da Preguiça, pertencente ao centro histórico de Salvador na Bahia fora o referencial analítico para a construção da tese *A borda do mar como um lugar cultural*<sup>4</sup>, defendida em 2017 junto ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe sob a orientação do Prof. Dr. Gilson Rambelli. A pesquisa doutoral foi motivada por minha participação no campo de Salvamento Arqueológico Subaquático em 2011. Pertencente a área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina.

O Salvamento teve coordenação científica do Prof. Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo (NAR/UFS) e coordenação administrativa de Carlos Caroso (ObservaBaía/UFBA). É preciso destacar que o Salvamento provocou o desenvolvimento da tese na praia da Preguiça e ocorreu concomitante a realização da pesquisa de mestrado na enseada de Água de Meninos. O Salvamento foi resultante de um estudo continuado por intelectuais que integram o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe; produto de recomendações pleiteadas pelo Diagnóstico na área do empreendimento por Gilson Rambelli em 2008, e posteriormente de Prospecção por Leandro Duran em 2010.

<sup>4</sup> NOVAES, Luciana de Castro N. *A borda do mar como um lugar cultural. Arqueologia de praias e a dialética etno-marítima do patrimônio imaterial no sítio da Preguiça, Salvador*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade Federal de Sergipe, 2017.

A pesquisa no empreendimento da Bahia Marina em 2012, foi pensada a partir de três espaços praias, a Praia da Preguiça Norte e Sul divididas pelo Restaurante Amado, e outro, na porção submersa da área aquática do Solar do Unhão na Gamboa em Salvador, identificando um sítio de naufrágio e outro depositário na paisagem náutica de Salvador. Como foco de atenção da tese, perspectivei um espaço semântico e político de discussão teórico-metodológica das praias como um campo em emergência dos estudos arqueológicos de ambientes aquáticos. Para tanto, esse texto problematiza as praias como campo de pesquisa devido à multiplicação de projetos de licenciamento ambiental que engloba sítios litorâneos e o consequente crescimento de laudos arqueológicos na costa brasileira.

Formadas por sedimentos não consolidados e como sistemas transicionais, as praias apresentam-se como dinâmicas e sensíveis, articulando-se constantemente as flutuações dos níveis de energia e aos processos eólicos, biológicos e hidráulicos (HOEFEL, 1998). As áreas litorâneas caracterizam-se pela presença de ecossistemas estuarinos, manguezais, falésias, praias, costões rochosos, dunas, recifes de corais, arenitos, lagunas e baías. Seus limites alargam-se desde a linha da maré baixa até o ponto mais alto da maré, delimitados por mudança de material formador ou por expressão fisiográfica, como uma falésia ou linha de vegetação permanente. (NOVAES e RAMBELLI, 2017).

Um dos problemas que sustentou o pleito do estudo doutoral, circundava na impossibilidade de escavação da praia da Preguiça e de forma geral, em praias marítimas. A alternativa fora a produção de um mapeamento horizontal, ao invés de um perfil estratigráfico, devido ao contexto ambiental de acentuada dinâmica marinha e antrópica. O substrato, formado basicamente por areia, é estruturalmente instável, sujeito à mobilização pela ação das ondas.

A problematização das praias enquanto um ambiente aquático foi possível a partir de um corpus físico constituído pelo perímetro do sítio da Preguiça em contraste ao corpus documental formado por cartas escritas entre 1798 e 1799 ao rei Don João VI no final do século XVIII, por Luís dos Santos Vilhena, avisos de compra, venda, aluguel e concessão de pessoas escravizadas publicadas entre 1811 e 1819 no primeiro jornal da Bahia intitulado *Gazeta Idade D'Ouro*. Também foi levado em atenção o ordenamento jurídico colonial e contemporâneo sobre terreno de marinha, praia, propriedade, patrimônio e meio

ambiente, além do documental formado por um conjunto de etnografias, bibliografias, cartografia, ilustrações e fotografias da Cidade Baixa de Salvador em longa duração.

Para Dolffus (1991:55), os turistas são “como consumidores de natureza ou mesmo devoradores de paisagem”. Através dessa concepção a praia é entendida a partir da definição de *scapes*, horizontes analíticos, categoria utilizada por Appadurai (1996) que funciona como uma “condição mais adequada do estado de transformação e complexidades do mundo contemporâneo, onde os processos encaminham-se não mais estagnados, mas em constante fluxo entre os dinâmicos locais e esforços globais” (APPADURAI, 1996, p.178).

As praias são zonas intertidais entre corpos aquáticos (marítimos, fluviais e lacustres) e a porção terrestre. Espaço geopolítico limiar situado na costa, extenso muitas vezes a hinterlândia (NOVAES, 2017). O estudo contempla assuntos voltados para a desigualdade econômica e o racismo, como para os efeitos da colonização e presença da escravidão no processo de formação da cultura e identidade marítima no Brasil. A identificação da praia como um lugar cultural toma como referência o interesse na inclusão no Livro de Registro dos Lugares definido pelo Decreto nº3551 de 2000, entendendo o sítio arqueológico como campo político em que saberes e práticas são interpretadas no processo de objetivação do espaço da praia, tomando o comércio de rua e as relações de poder circunscritos nesse processo de objetivação de um espaço comum em lugar cultural.

A enseada de Água de Meninos e a praia da Preguiça, são áreas que integravam o antigo Bairro da Praia e pertenciam ao Porto Colonial de Salvador. O primeiro estudo analisou a freguesia Nossa Senhora do Pilar, tendo como recorte temporal a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, através do processo de modernização do Porto Organizado de Salvador em 1913 e as consequências urbanas na Cidade Baixa. O segundo estudo objetivou a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, tomando como análise o sítio da Preguiça em fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Para tanto, foi preciso recuar até o século XVI e a fundação da cidade de Salvador em 1549, para em devir, traçar a expansão da cidade até a contemporaneidade.

## UM MERGULHONA PÓS MEMÓRIA COLONIAL

Para além das materialidades e construções de pedra e cal, o tempo preservou na paisagem marítima de uma cidade portuária como Salvador, jogos de significados políticos da cultura em produção. Essa proposta de Arqueologia do imaterial evoca a inversão do vetor metodológico do estudo, não desfaz ou subjuga a materialidade, a escavação e o contato com o físico, mas invoca a dimensão do intangível e a produção do conhecimento.

Para tanto, a Arqueologia de Praias funda-se na intersecção dessas linhagens de pensamentos, permitindo que a compreensão da praia esteja alicerçada por discussões e problemas compartilhados. Dessa forma, a formação da Arqueologia de Praias objetiva a visibilidade da discussão do patrimônio imaterial, a garantia de políticas públicas específicas as praias e a hinterlândia, além de práticas educativas para salvaguarda do patrimônio imaterial em contextos urbanos de cidades portuárias.



**Figura 2.** Carregadores e Estivadores do Porto dos Saveiros. (Fund. Pierre Verger)

A enseada de Água de Meninas configura-se prioritariamente como um espaço diaspórico, tanto pelas atividades cotidianas em sua amplitude, seja por práticas religiosas sustentada por ontologias e epistemologias Negras. Há registros documentais de feiras móveis circulando nessa área desde o século XVII. (ARAÚJO, 2009, p. 3). Tais informações indicam uma cadeia operatória de funcionamento subsequente entre feiras móveis em Salvador ao longo dos séculos. A feira de São Joaquim, foi formada pelos antigos feirantes



da antiga feira de Água de Meninos incendiada em 1964, e possui relações históricas com a Feira do Sete, também incendiada, na década de 1934.

O mercado [quitanda] da praia da Preguiça aparece no Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil coordenado pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO “Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade” publicado em 2013 como um lugar de trabalho e cotidiano.

Esse registro afetou o estudo doutoral, traçando o interesse em aprofundar as origens no passado colonial desse mercado, mas precisamente sobre os processos de objetivação da quitanda, como produto da propriedade intelectual de tradições africanas de perspectiva basilar para o comércio de rua em áreas portuárias. O historiador José Roberto do Amaral Lapa, em seu *A Bahia e a Carreira da Índia*, identifica que na praia da Preguiça havia a presença de estaleiros de particulares, para a construção de embarcações de menor calado, em referência a Ribeira das Naus que seria a responsável pela construção das embarcações reais de grande porte. (AMARAL LAPA, 2000).



**Figura 3.** Antigo mercado na Praia da Preguiça, 1913 (autor desconhecido) (NOVAES, 2017, p.18).

Na nota *Relação de embarcações construídas* indica que foram registradas 11 embarcações<sup>5</sup> construídas no Estaleiro da Preguiça por João da Costa de Carvalho entre o mês de janeiro de 1812 até outubro de 1815, e a mesma quantidade na Enseada de Itapagipe. A embarcação produzida em maior quantidade em ambos estaleiros, foi do tipo sumarca, em seguida brigues, e de modo específico na Preguiça, a embarcação tipo escuna e lancha de coberta.

Os problemas sociais multiplicavam-se na região dos cais de Salvador devido a negligência da administração municipal. A mendicância e a vadiagem eram percebidas como reflexo do descaso com o Porto, além da notória presença de órfãos, “escravos, negros, mulatos, cegos, aleijados, velhos e estropiados colocados pela morte de seus senhores” (VILHENA, 1964, p.133). As políticas higiênicas do final do século XIX e início do século XX inferiam nessa realidade, um complexo processo subjetivo que estava sustentado com os ideais de raça e evolução, reduzindo esse espaço a imagem de atraso, devido a população ser em sua maioria negra (SCHWARCZ, 1993).

Desse modo, é preciso problematizar o patrimônio marítimo como pertencente a duas perspectivas analíticas. A primeira, refere-se à produção de conhecimento sobre conjuntos naturais ou lugares culturais em sociedades tradicionais, como as margens dos rios, do entorno das lagoas e das bordas do mar. A segunda, em referência as praias urbanas como alvo das políticas de embranquecimento que transformaram lugares eminentemente de trabalho e de circulação de saberes Negros, em espaços embranquecidos e sustentados por uma lógica hierarquizada e racialmente construída, mesmo que em território de marinha, área pública e da União.

<sup>5</sup> Fonte: Gazeta Idade D'Ouro, Ano 1815\Edição 00091.



**Figura 4.** Saveiros fundeados na Praia da Preguiça, 189\* (autor desconhecido). (NOVAES, 2017, p.19).

A Arqueologia de Ambientes Aquáticos fundamenta a variabilidade de sítios, artefatos e pensamentos na especificidade de suas identidades conceituais em relação às culturas e identidades marítimas. Em cidades portuárias, comportamentos e modos de vida podem ser pensados através da influência do mar na esfera continental, por meio da presença e circulação de pessoas e materialidades nas praias, a partir de atividades culturais, econômicas, étnico-raciais e religiosas relacionadas à água, como também pela análise dos múltiplos relacionamentos inebriados de ambientes aquáticos, como a paisagem e a etnicidade (NOVAES, 2019).

O estudo em praias contempla assuntos voltados para a desigualdade econômica e o racismo, como para os efeitos da colonização e presença da escravidão no processo de formação da cultura e identidade marítima no Brasil. As praias brasileiras são paisagens marítimas devoradas em todas as estações do ano por turistas e nativos. Devoradas no sentido poético do verbo, consumidas, deglutidas, muitas vezes sem processos interpretativos e/ou de confronto, gerando naturalizações de ambientes eminentemente antrópicos.

É a disposição que faz com que algo se destaque como estímulo. A praia como uma disposição da cidade produz estímulos sociais. Em um tempo, que o trabalho estava

figurado no exercício da população escravizada e livre de mulheres e homens Negros, o interesse público no processo de colonização portuguesa em centros urbanos marítimos produziu um ordenamento específico de controle sobre territórios praias, habitação na costa, circulação e comércio nos espaços das praias e da cidade. Esse conjunto de intervenções pelo estado colonial está diretamente relacionado a uma dialética de ocupação dos espaços praias, da elaboração de estratégias de sobrevivência e resistência ativa étnica, religiosa, artística e de trabalho urbano.

Os lugares de memória não podem ser reduzidos a instância de material construtivo durável, incidem nos limites edificados, em exemplo o conjunto arquitetônico de cidades históricas e paisagens naturais. A especificidade de lugares que não existem mais na visibilidade da paisagem, como feiras, mercados e cais, podem ser recuperados a partir da memória colonial, acessados pela noção de pós-memória através da tradição oral.

A noção de pós-memória para Marianne Hirsch (2001) possui referência aos descendentes dos sobreviventes de eventos traumáticos que a partir de uma narrativa familiar particular possui acesso aos eventos. No entanto, esse conceito não está associado à Auschwitz, mas sim a noção de geração, e por ela, alcança o espaço. Logo, o conceito de pós-memória refere-se à memória da geração seguinte que procede à que protagonizou os acontecimentos, a exemplo da memória dos filhos sobre a geração dos pais e avós.

Desse modo, o racismo estrutural é pensado como uma manutenção atualizada pela branquitude da violência escravista colonial, que hierarquiza e subjuga as atividades desempenhadas pela população Negra nas áreas portuárias em longa duração. Com isso, a pós-memória atua em duas vias. Tanto para acessar a manutenção das violências perpetradas pela minoria branca para a sociedade Negra, como pela resistência e salvaguarda pela maioria Negra de propriedades intelectuais e patrimônios imateriais diante ao projeto de extermínio capitalizado desde o período colonial até o presente histórico.

O estudo arqueológico no Bairro da Praia evidenciou variados ofícios desempenhados por homens e mulheres Negras. Atuando individualmente ou em corporação, atividades como a pesca, o mergulho e a venda de produtos alimentícios foram espalhadas na costa brasileira, atuando no desenho do português arcaico, nos comportamentos públicos, das dinâmicas de transmissão de conhecimento através da oralidade. Desse modo, a Arqueologia de Praias permite pensar o processo de salvaguarda de propriedades

intelectuais pelo trabalho cotidiano marítimo a partir da atualização de saberes ancestrais africanos no espaço portuário.

## **NÃO É DOCE MORRER NO MAR**

O interesse pelo estudo das enseadas e praias objetivam ir além do binômio terra/água para alcançar as relações híbridas, fronteiriças, marginais da estratificação social presentes em lugares culturais que edificam cidades portuárias e cidades litorâneas. O estudo sobre a paisagem, evoca a dimensão imaterial, alargando processos dialéticos de compreensão entre o espaço territorial e os confrontos étnicos, de gênero e identidade. Para tanto, a Arqueologia de Praias é crucial para relacionar patrimônio ambiental, arqueológico e cultural de uma forma refinada, rompendo com a proposta de um viés cartesiano baseado em pares de oposição, e busca percorrer a dialética arqueológica entre materialidade e cotidiano.

A Arqueologia do século XXI precisa estar relacionada com as atividades humanas no presente, pois a análise e conferência da produção material, imaterial e sensorial das sociedades, apresentam referência sobre dinâmicas culturais e estruturas econômicas que envolvem corpos aquáticos. Algumas praias brasileiras são cartões postais, e outras, espaços abandonados pelo poder público na administração da cidade. Devido à escravidão e a colonização no Novo Mundo, as praias, especialmente as marítimas, tornam-se casos particulares para o estudo da concentração urbana no litoral e da circulação de discursos étnico-raciais nas tramas urbanas. Com isso, as praias são estruturas da modernidade, que anunciam modos e práticas comerciais e de negócio de rua, tecnologias e edificações elaboradas desde o século XVI até o século XXI.

As paisagens marítimas do sítio da Preguiça e de Água de Meninos, estruturam na espacialidade histórica de suas construções, a distribuição de marcadores de diferenças. Os marcadores de diferenças na enseada de Água de Meninos e na praia da Preguiça foram identificados através da presença de uma arquitetura racista e opressora - Câmara, Celeiro, Igrejas, Hospícios, Orfanatos - que oprimiam e vigiavam a circulação dos trabalhadores Negros nas ruas de uma antiga cidade colonial. No entanto, a performance corporal, a língua e epistemologias africanas encontraram caminhos de liberdade, através



da solidariedade que fundamentava o trabalho exercido em núcleos de socialização, como as feiras, os estaleiros e as irmandades religiosas.

Portanto, entendo a enseada e a praia na borda do mar, como “objeto de inquietação política e objetivo legítimo de pesquisas históricas [...] o marginal é o ‘outro’, mas, como está próximo, ele é, por essa razão, ameaçador” (IVO, 2013, p.288). Alcançar as relações marginais do fenômeno social é construir um discurso sobre o passado, a partir de uma metodologia que apreenda o intangível em processo, a imaterialidade, o intangível, os aspectos subjetivos e perceptivos da vida humana em devir material.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL LAPA, J. **Bahia e a Carreira da Índia**. Ciências Sociais e Humanas, Hucitec/Unicamp, 2000.

APPADURAI, A. **Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization**, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. Feira de Barcelos (Portugal) e São Joaquim (Brasil) enquanto espaço diverso, de bens simbólicos e práticas culturais plurais na contemporaneidade. **IV Congresso Internacional de Estudos Comparativos da ABRAEC** UEPB, Campina Grande – Brasil, 2009.

BRADLEY, R. **Archaeology of Natural Places**. London: Routledge, 2000.

LE BOUEDEC, Gérard, PLOUX, François, CÉRINO, Christophe et GEISTDOERFER, Alette. Entre terre et mer: sociétés littorales et pluriactivités (XVe-XXe siècle) : actes du colloque tenu à l'Université de Bretagne Sud--Lorient, les 17, 18 et 19 octobre 2002. Press Universitaires Rennes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CRIADO BOADO, F. Construcción social Del espacio y reconstrucción arqueológica del paisagen. **Boletín de Antropología Americana**, n.24, pp-5-29, 1991.

DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V. **Há mundo porvir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro (Florianópolis): ISA, 2014.

DOLFFUS, Oliver. **O Espaço geográfico**. Rio de Janeiro: BERTRAND Brasil, 1991.

GNECCO, C. “Escavando” arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira, v.25, n.2, p.08-22, 2012.

HABER, A. Un-Disciplining Archaeology. **Archaeologies: Journal of World Archaeological Congress**, 8, 1, 2012, pp. 55-66

HIRSCH, Marianne (2001). "Surviving Images: Holocaust Photographs and the Work of Postmemory." **The Yale Journal of Criticism** 14 (1): 5–37.

HOEFEL, F. G. **Morfodinâmica de praias arenosas oceânicas, uma revisão bibliográfica**. Itajaí: Univali, 1998. 92 p.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology** 25, 152-74, 1993.

IPHAN. Centro Histórico da Cidade de Salvador: Proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Secretaria da Cultura Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Fundação Nacional pró-Memória**, Brasília, 1983.

IVO, Anete Brito Leal, Coord. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**. São Paulo: Annablume, Brasília: CNPq, Salvador: Fapesb, 2013.

LAYTON, R., UCKO, P. **Introduction: Gazing on the Landscape and Encountering the Environment**. IN UCKO, P., LAYTON, R. (Eds.). *The Archaeology and Anthropology of Landscape. Shaping your Landscape*. London and New York: Routledge: 2005.

La Convención de la UNESCO sobre la Protección del Patrimonio Cultural Subacuático. **UNESCO**, 2001.

MCGRAIL, S. **Ancients boats in North-West Europe. The archaeology of water transport to AD. 1500**. London: New York, 1998.

NOVAES, Luciana de Castro N. **A borda do mar como um lugar cultural: Arqueologia de praias e a dialética étnico-marítima do patrimônio imaterial no sítio da Preguiça, Salvador/Bahia**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, UFS, 2017.

\_\_\_\_\_ Arqueotextura e o esboço de uma antecipação: o princípio simétrico na escrita dos atos, materiais e ambientes. Campinas: **Revista de Arqueologia Pública**, v.12, nº1, 2018, 23p.

\_\_\_\_\_ **O Exu Submerso: uma arqueologia da religião e da diáspora no Brasil**. Paraná: Appris, 2019.

NOVAES, Luciana de Castro N, RAMBELLI, Gilson. As praias e a Arqueologia de Ambientes Aquáticos. **Cadernos LEPAARQ**. Vol. XIV, nº27, 2017.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia subaquática do baixo vale do Ribeira**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_ **Arqueologia Subaquática em Cananéia**. Curitiba: Primas, 2016.

ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. **O Porto de Salvador: Modernização em Projeto: 1854/1891**. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da UFBA, Salvador/BA, 1983.

SCHIFFER, M.B. **Formation Processes of the Archaeological Record.** Albuquerque: University of New Mexico, p. 3-23, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX.** São Paulo: Corrupio, 1987.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII.** Bahia: Itapua, 1964.

YETSCH, A.E. **Introduction: Close Attention to Place – Landscape Studies by Historical Archaeology.** IN YAMIN, R. , METHENY, K.B. (Eds.). *Landscape Archaeology. Reading and Interpreting the American Historical Landscape.* Knoxville, University of Tennessee Press. 1996.